



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: O NOVO ENFOQUE DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NA GESTÃO PÚBLICA¹

Rejane Esther Vieira²

Universidade do Estado de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Educação

Resumo

O objetivo central do presente artigo é analisar a importância do ensino a distância na formação de gestores públicos na atual sociedade da informação. Questiona-se: Qual o papel do ensino a distância e das tecnologias aplicadas na democratização do conhecimento no Ensino Superior a distância no Brasil? Neste contexto, destaca-se que a formação de novos gestores públicos está sendo concretizada por meio da educação a distância no ensino superior brasileiro, promovendo a inovação e a democratização do conhecimento na área pública. Sabe-se que Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. É cada vez mais consensual a intensificação tecnológica na educação, com o uso das tecnologias digitais, com ênfase na disseminação da Internet, tem entre as suas premissas “integradas” possibilitar a emergência de uma nova geração da educação a distância, entendida, portanto, como Universidade Virtual. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Sociedade da Informação, Educação a distância, Gestão Pública.

Abstract

Information society and distance education in Brazil: a new approach of higher education distance in public management

The main objective of this study is to analyze the importance of distance education in the training of public managers in today's information society. Question: What is the role of distance education and technology applied in the democratization of knowledge in higher education distance in Brazil? In this

¹ Pesquisa realizada com o apoio financeiro da CAPES.

² Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (PPGE); Administradora-CRA/SC nº 20725; Bacharel em Administração Pública, Universidade do Estado de Santa Catarina - (UDESC/ESAG); Licenciada em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Aluna da especialização em Controle da Gestão Pública, (UFSC). E atualmente como pesquisadora da CAPES, encontra-se a desenvolver uma dissertação de mestrado sobre Educação a Distância pela UDESC. vieira.rejane@gmail.com e <http://lattes.cnpq.br/9972249431435369>



context, we emphasize that the formation of new public management is being achieved through distance education in higher education in Brazil, promoting the democratization of knowledge and innovation in the public area. We know that distance education is a form of education that enables self-learning, with the mediation of learning resources systematically organized, presented in different media, used alone or combined, and served by various media. There is growing consensus that the intensification technology in education, with the use of digital technologies, with emphasis on the spread of the Internet, has among its premises "integrated" enabling the emergence of a new generation of distance education, understood, therefore, as Virtual University. The methodology used is literature and documents.

Key words: Information Society, Distance Education, Public Management.

INTRODUÇÃO

O novo tempo tem recebido várias denominações tais como: era da informação (STEWART, 1998), do conhecimento (SVEIBY, 1998), sociedade em rede (CASTELLS, 2002), a terceira onda (TOFFLER, 1985) entre outras. Destaca-se que a principal característica desse novo tempo é a valorização do conhecimento (ou capital intelectual) associado a informação como principal recurso de criação de riquezas e sucesso nas organizações. Sabe-se que o século XX foi marcado por intensas transformações nas relações sociais, políticas, econômicas, pelo acelerado desenvolvimento tecnológico e eletrônico. Acredita-se que hoje estamos nos primórdios da era digital, como evolução da era industrial marcada pelas tecnologias digitais, que revolucionam a percepção e a atuação humana sobre o mundo. É a mudança da era industrial para a digital e o predomínio da cultura dos espaços plurais e virtuais. Neste sentido, observa-se a importância do ensino superior a distância na formação de gestores públicos na sociedade do século XXI.

Tendo em vista o cenário da globalização no mundo, observa-se que a informação tem ocupado um lugar de destaque nas organizações públicas na atualidade. O papel da gestão da informação, assim como a implantação de sistemas de informação no setor público está em proporcionar maior agilidade na prestação dos serviços públicos, assim como tornar o atendimento mais adequado e de qualidade, com dados disponíveis e atualizados. Sabe-se que as tecnologias da informação e comunicação na administração pública facilitam a transparência dos atos políticos e administrativos, podem tornar efetiva a participação cívica nas decisões da administração a todos os seus níveis, podem abrir diálogo direto com a população e podem abrir perspectivas criativas para novos serviços e novas oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O tema da educação a distância no ensino superior surge na pauta educacional brasileira na década de 1970. Até esta década as pesquisas acerca do tema registravam as iniciativas e a discussão sobre os modelos de ensino por correspondência que desde 1904 ofereciam educação aberta de



caráter profissionalizante ou de caráter supletivo à escolarização formal dos primeiros ciclos. (MOURA, 1979). As primeiras oito décadas do século XX no país trazem para a educação a distância a história da implantação de modelos não universitários, que podem ser decompostos em ciclos de características distintas. As diferentes caracterizações abrem a possibilidade de se buscar também a identificação de diferentes formas de comunicação da educação a distância referente a estes períodos. Destaca-se que a principal característica desse novo tempo é a valorização do conhecimento (ou capital intelectual) associado à informação como principal recurso de criação de riquezas e sucesso nas organizações. Tendo em vista o cenário da globalização no mundo, observa-se que a informação tem ocupado um lugar de destaque no ensino da administração pública na modalidade a distância.

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO

Conforme consta no Decreto 2.494/1998, a Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (Decreto 2.494/1998)

Conforme a visão de Vianney (2003), as definições estabelecidas sobre educação a distância pelo Governo Federal nos Decretos Presidenciais que regulamentaram o Artigo 80 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, e nas definições constantes nas publicações recentes sobre esta área, compreende-se que o uso dos meios de comunicação criados pela tecnologia dos últimos cinco séculos, é uma condição intrínseca à educação a distância e à implementação desta modalidade no Brasil. Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Decreto 5.622/2005, e que substituiu o Decreto 2.494/1998).

As primeiras oito décadas do século XX no país trazem para a educação a distância a história da implantação de modelos não universitários, que podem ser decompostos em ciclos de características distintas. As diferentes caracterizações abrem a possibilidade de se buscar também a identificação de diferentes formas de comunicação da educação a distância referente a estes períodos.

Destaca-se em 2004 que o então Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, entendia a educação a distância como modalidade restrita e não aplicável à universalidade do ensino superior no país, em detrimento de experiências de implementação da EAD (Educação a Distância) no ensino universitário que ocorriam na esfera do próprio Ministério da Educação (MEC), como as da Universidade Federal de São Paulo com o ensino de determinadas disciplinas de cursos da área da saúde por educação a distância desde



meados da década de 1990, da formação de professores do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Mato Grosso a partir de 1994, ou da oferta de programas de pós-graduação a distância pela Universidade Federal de Santa Catarina a partir de 1996.

O primeiro registro de um curso de graduação a distância no Brasil ocorre em 1994, quando a Universidade Federal de Mato Grosso abre inscrições para o vestibular de um curso a distância de licenciatura em Educação Básica, para formar professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Inscrevem-se 536 candidatos, com 352 destes alcançando a classificação necessária e iniciando as atividades de aprendizagem em fevereiro de 1995. (PETTRI, 1996)

Dois anos depois, em 1996, a Universidade Federal de Santa Catarina, utilizando as metodologias desenvolvidas pelo Laboratório de Ensino a Distância (LED), lança o primeiro curso de mestrado por educação a distância, em parceria com a empresa Siemens, para atender, a partir de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, e com uso de videoconferência e internet, a um grupo de engenheiros que trabalhava na planta industrial da empresa na região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná. E, em 1997, um curso de especialização a distância via internet, com uso de ambiente virtual de aprendizagem e de metodologia desenvolvidos no próprio Laboratório. (BITTENCOURT, 1999)

Já em 2005, no entanto, a educação a distância passa a ser considerada pelo então Ministro da Educação, Tarso Genro, como instrumento estratégico e equivalente ao ensino para se promover aumento de vagas nas universidades públicas e promover a formação de professores para as disciplinas de ciências, português e matemática. (GENRO, 2005) Em 2006, o Ministério da Educação, então sob a gestão do Ministro Cláudio Haddad, que sucedeu a Tarso Genro, oficializa a ação de expansão do ensino superior público com o uso da educação a distância ao lançar editais e chamadas oficiais para que universidades públicas buscassem habilitação para oferta de cursos superiores a distância em parcerias com estados e municípios, a partir de financiamento federal.

Conforme Vianney (2003), para acelerar o movimento das instituições federais em direção à educação a distância, o MEC edita portarias simplificando os procedimentos necessários para que estas universidades e centros universitários pudessem obter o necessário credenciamento da União para oferecer cursos superiores a distância. Se o Relatório Sucupira, em 1972, for entendido como o marco inicial dos estudos do Governo Federal em direção à criação de universidades públicas de educação a distância, transcorreram-se exatos 34 anos entre o estudo propositivo e a concretização do ensino superior por EAD na esfera federal, como ação de Estado.

Não foi, contudo, o primeiro registro da EAD na legislação federal de educação. Em 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no Brasil, Lei Federal 4.024/61, a educação a distância estava contemplada no parágrafo primeiro do Artigo 25, mas, como adequada apenas e tão somente para a oferta de cursos de caráter supletivo por “rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o



maior número de alunos”. Verificava-se nesta redação não apenas o caráter de ensino supletivo, mas, sobretudo a ênfase no uso das mídias da comunicação de massa com o fito de se estabelecer difusores de amplo alcance. A observação de se vincular a EAD com ensino complementar e de massa surge novamente na Lei Federal 5.692 de 1971, estabelecendo que esta modalidade de educação a distância preparatória para exames supletivos era de caráter livre, não formal, desobrigada de frequência ou comprovação, bastando aos alunos participação de exames supletivos oficiais, com provas presenciais. (VIANNEY, 2003).

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para Pretty (1996) a educação a distância é uma modalidade não tradicional, típica da era industrial e tecnológica, cobrindo distintas formas de ensino-aprendizagem, dispendo de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição da sociedade. Os tópicos destacados por Peters (2001), para caracterizar a educação a distância são os seguintes: Aprender por meio de leitura de material impresso; aprender através de estudo próprio dirigido; aprender por meio de trabalho científico autônomo; aprender por meio de comunicação pessoal; aprender com a ajuda de meios auditivos e audiovisuais; aprender com auxílio de computador pessoal; e, aprender com auxílio dos recursos da internet.

Para Vianney (2003) é cada vez mais consensual a intensificação tecnológica na educação, com o uso das tecnologias digitais, com ênfase na disseminação da Internet, que tem entre as suas premissas “integradas” possibilitar a emergência de uma nova geração da educação a distância, entendida, portanto, como Universidade Virtual.

Vianney (2003, p. 34) apresenta algumas características deste novo cenário que seriam as seguintes:

- maior interatividade entre alunos, monitores, tutores e professores, garantida pela tecnologia que permite a comunicação bi e multidirecional, estabelecendo, assim, possibilidades de enriquecimento da aprendizagem pelo uso de metodologias inovadoras;
- maior flexibilidade no acesso, permitido a qualquer tempo e lugar conectado à rede; aumento da capilaridade para a oferta de cursos a distância, atendendo a alunos dispersos ou aqueles que se encontrassem afastados dos centros educacionais ;
- a permanência do aluno em seu meio cultural, evitando a migração para grandes centros com maior oferta de ensino superior presencial; a redução de custos na produção de conteúdos e materiais didáticos;
- a contratação dos melhores especialistas para elaboração dos materiais instrucionais para a mídia digital, o que possibilitaria, em tese, a melhoria da qualidade dos



conteúdos e materiais didáticos acesso a bases de dados e a bibliotecas virtuais para todos os agentes envolvidos, contribuindo para a democratização da informação, base da nova sociedade do conhecimento; a individualização dos percursos de aprendizagem, personalizando o atendimento aos alunos respeitando ritmo de aprendizado e outras características pessoais;

- o desenvolvimento no aluno da autonomia e da habilidade para o trabalho em grupo, características desejadas pelo mercado de trabalho pós-industrial; formação de redes nacionais e internacionais de cooperação para gerar conteúdos de alta qualidade a custos compartilhados; e, ainda, a diminuição do preço final a ser cobrado de alunos;

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Na atualidade, entende-se que as mudanças pelas quais as organizações públicas enfrentam com frequência, tais como: as mudanças de governo (novas políticas), a restrição orçamentária e a estrutura burocratizada (setor público), por exemplo, impõem uma reestruturação dos processos de trabalho e a disseminação das informações nas organizações possibilitando uma maior eficiência na gestão da informação.

Para Perez (2004) a Administração Pública atualmente, assume a função de harmonizar o comportamento dos atores sociais, procurando ser mais transparente, distanciando-se dos modelos burocráticos puramente gerenciais e neoliberais. Observa-se que a Administração Pública passa a adotar novos métodos de atuação voltados para a cultura do diálogo, de favorecer o trabalho da sociedade sobre ela mesma e neste ponto podemos relacionar a questão da transparência com o papel do governo eletrônico na modernização da administração pública.

No tocante a administração de serviços públicos, observa-se que está diretamente ligada às rupturas e transformações sociais recentes. Com a desmobilização do Estado dos anos 80 e as frustrações com as várias reformas ocorridas até a virada do século, vários atores sociais e políticos passam a buscar soluções para seus problemas de maneira independente da ação do governo. Observa-se as pessoas cada vez mais envolvidas e comprometidas com a comunidade de serviços públicos trazendo ao social confiabilidade e eficiência em serviços públicos, sendo estes por meios do terceiro setor, do governo ou voluntariado.

Neste contexto, pode-se ressaltar Denhardt (2004) que descreve o Novo Serviço Público como uma alternativa para a Nova Gestão Pública. Entende-se que a proposta do Novo Serviço Público está inspirada na teoria política democrática principalmente quando se refere à conexão entre cidadãos e seus governos e abordagens alternativas à gestão e ao modelo organizacional sendo mais humanística na teoria da administração pública.



O Novo Serviço Público expressa na liderança e na gestão dos órgãos públicos, um interesse renovado pelos valores democráticos. No processo de construção da Gestão Democrática Participativa no Brasil essa noção do Novo Serviço Público contribui para uma mudança de mentalidade na busca de uma gestão mais participativa. Neste cenário, entende-se que ensino superior a distância exerce papel fundamental na formação dos gestores públicos, nos diversos cursos de gestão pública a distância oferecidos no Brasil, porque rompem com as fronteiras do tempo e do espaço.

Desta forma, a importância desta pesquisa para a Educação evidenciando a oportunidade de se produzir estudos para que se tornem conhecidas e reveladas as novas perspectivas educacionais avindas do uso das tecnologias de comunicação e informação da educação a distância no Brasil.

Desta forma, o debate a respeito das tecnologias da informação e dos sistemas de informação tem apresentado uma evolução no campo da Administração. Observa-se também, a disseminação progressiva da utilização da tecnologia da informação no ensino da Administração Pública. Neste sentido, o setor público brasileiro, enfrenta dois grandes desafios: o de lidar com os orçamentos restritos e ao mesmo tempo atender a demandas crescentes da população.

Vale ressaltar que a Internet e as inovações tecnológicas, assim como a necessidade de eficiência nas administrações, as pressões da sociedade para que o governo administre melhor seus gastos e atue com transparência, são os principais fatores que incentivaram o surgimento da inovação do governo eletrônico.

A tecnologia da Internet pode ser considerada um elemento que sustenta o recente conceito de governo eletrônico. O seu uso veio para ficar e está estimulando as relações virtuais progressivamente entre os municípios, os fornecedores e até mesmo outras esferas de governo (estadual e federal) com o governo municipal de forma não presencial. Destaca-se ainda que na gestão pública, o processo eletrônico objetiva instrumentalizar os procedimentos de maneira a confirmar princípios constitucionais como o da efetividade, celeridade, publicidade e segurança jurídica. Governo eletrônico tem como escopo maior modificar as perspectivas consideradas pelos governos na definição de políticas públicas; obter melhores serviços das organizações governamentais, por exemplo, através de atividades desenvolvidas on-line; prover serviços mais integrados, visto que as diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si; e tornar a sociedade melhor informada, pois poderá obter informação atualizada e compreensível sobre o governo, leis, regulamentos, políticas e serviços.

METODOLOGIA

Considerando o problema de pesquisa e igualmente os objetivos que estão sendo propostos para o seu desenvolvimento, fica evidente sua natureza preponderantemente qualitativa. De qualquer forma, sempre que se



fizerem necessários para a análise, enfoques quantitativos podem ser utilizados.

O universo desta pesquisa caracteriza-se pela riqueza de fatos sociais que envolvem um grande número de relações, significados, processos, valores e atitudes muito complexos para serem definidos em variáveis numéricas e que se requerem toda a contextualização, que o estudo através da pesquisa qualitativa pode fornecer. Assim, temos como proposta de desenvolvimento desta pesquisa o método qualitativo.

É importante salientar que em qualquer momento pode se tornar necessário recorrer a variáveis quantificáveis para exprimir a ocorrência de um determinado fenômeno, ou mesmo para conferir aos fatos uma dimensão mais precisa. Cabe salientar ainda que nos termos definidos por Minayo (1996), existe entre o método quantitativo e o método qualitativo uma complementaridade, a qual o pesquisador pode recorrer para melhor exprimir determinados fenômenos.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa, assim definida por Chizzotti (1991), apresenta-se como parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, como um vínculo indiscutível entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a importância desta pesquisa para a Educação evidenciando a oportunidade de se produzir estudos para que se tornem conhecidas e reveladas as novas perspectivas educacionais avindas do uso das tecnologias de comunicação e informação da educação a distância no Brasil. Desta forma, o debate a respeito das tecnologias da informação e dos sistemas de informação tem apresentado uma evolução no campo da Administração. Observa-se também, a disseminação progressiva da utilização da tecnologia da informação no ensino da Administração Pública. Neste sentido, o setor público brasileiro enfrenta dois grandes desafios: o de lidar com os orçamentos restritos e ao mesmo tempo atender a demandas crescentes da população. Na sociedade contemporânea, o capitalismo de mercado, ou Supercapitalismo, vem aproveitando ao máximo das inúmeras novas possibilidades e ferramentas advindas da computação e da engenharia. Conclui-se que as novas tecnologias de informática revolucionaram o mundo.

Desta forma, a sociedade do conhecimento tem como pilares neste novo século a tecnologia da informação, a educação a distância no ensino superior. As características principais deste novo cenário seriam as seguintes: a maior interatividade entre alunos, monitores, tutores e professores, garantida pela tecnologia que permite a comunicação bi e multidirecional, estabelecendo, assim, possibilidades de enriquecimento da aprendizagem pelo uso de metodologias inovadoras; maior flexibilidade no acesso, permitido a qualquer tempo e lugar conectado à rede; aumento da capilaridade para a



oferta de cursos a distância, atendendo a alunos dispersos ou aqueles que se encontrassem afastados dos centros educacionais; a permanência do aluno em seu meio cultural, evitando a migração para grandes centros com maior oferta de ensino superior presencial; a redução de custos na produção de conteúdos e materiais didáticos; a contratação dos melhores especialistas para elaboração dos materiais instrucionais para a mídia digital, o que possibilitaria, em tese, a melhoria da qualidade dos conteúdos e materiais didáticos, acesso a bases de dados e a bibliotecas virtuais para todos os agentes envolvidos, contribuindo para a democratização da informação, base da nova sociedade do conhecimento; a individualização dos percursos de aprendizagem, personalizando o atendimento aos alunos respeitando o ritmo de aprendizado e outras características pessoais; o desenvolvimento no aluno da autonomia e da habilidade para o trabalho em grupo, características desejadas pelo mercado de trabalho pós-industrial; formação de redes nacionais e internacionais de cooperação para gerar conteúdos de alta qualidade a custos compartilhados; e, ainda, a diminuição do preço final a ser cobrado de alunos;

Conclui-se que a democracia está cada vez mais com caráter eletrônico o que permite promover a democracia participativa brasileira na contemporaneidade.

Referências bibliográficas:

BITTENCOURT, Dênia Falcão de. **A construção de um modelo de curso “lato sensu” via Internet: a experiência com o curso de especialização para gestores de instituições de ensino técnico UFSC/SENAI**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DENHARDT, Robert. B. **Teoria Geral de Organizações Públicas**. 4^a ed. (trad. Prof. Francisco G. Heidemann), Thompson/ Wadsworth, 2004.

GENRO, Tarso. **Fazendo a reforma que precisa ser feita**. Folha de São Paulo, 6 fev. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOURA CASTRO, Cláudio; GUARANYNS, Lúcia Radler dos. **O ensino por correspondência no Brasil: uma estratégia de desenvolvimento educacional**. Brasília: IPEA/Iplan, 1979.



PRETTI, Oreste. **Inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT – NEAD, 1996.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elisabeth Farias da. **A universidade virtual no Brasil**. Caracas: Ed. UNESCO-IESALC; Tubarão: Ed. UNISUL, 2003.

Enviado em: 01/04/2010

Aceito em: 05/05/2010